



FÉ, RELIGIÃO E POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA: UM BREVE ARCABOUÇO TEÓRICO A PARTIR DE JOÃO BATISTA LIBANIO

Daniela Senger

Mestranda em Teologia e História pela Faculdades EST. Bolsista CNPq.

E-mail: danysenger@yahoo.com.br

RESUMO

O presente estudo tem o intuito de considerar teoricamente a polêmica tensão entre religião e política na América Latina, a partir de João Batista Libanio. Tomar-se-á como centro para esse arcabouço teórico a obra *Fé e política* – autonomies específicas e articulações mútuas, de Libanio (1985), entre outros recursos de autores que igualmente refletem a questão na América Latina. Libanio preocupa-se em articular as especificidades de cada instância e procura revelar a mútua articulação entre estas. Conclusivamente, o artigo busca lançar mão de uma visão panorâmica acerca das propostas e compreensões a partir do contexto abordado. Quais são os níveis e desníveis encontrados nesses contextos? Quais são os desafios postos? Seria utopia crer em uma possível e “correta” relação entre fé e política?

PALAVRAS-CHAVE

Fé; religião; política; América Latina; João Batista Libanio.

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho que reflete a polêmica tensão entre religião e política, essa temática será abordada teoricamente no contexto da América Latina, a partir de João Batista Libanio, estudioso deveras comprometido com o tema e com reflexões

amplas na área. Escritor, teólogo e filósofo, o brasileiro elaborou inúmeros labores científicos acerca da fé, religião e política.

Tomar-se-á como centro para esse arcabouço teórico a obra *Fé e política* – autonomias específicas e articulações mútuas, de Libanio (1985), entre outros autores que igualmente refletem a questão na América Latina. Com base na visão e nas reflexões de Libanio, desdobraremos três pontos principais: “Fé e política – autonomias específicas e articulações mútuas”, “Fé e compromisso social: discernimento da prática pastoral” e “Conflitos entre Igreja e Estado.”

Libanio (1985, p. 10) preocupa-se em revelar as especificidades de cada instância e procura revelar a mútua articulação entre elas:

O mundo da política é atravessado pela razão e pela emoção. O mundo da fé debate-se entre o definitivo e o transitório. O encontro destes dois mundos mistura razão e emoção, definitivo e transitório.

Conclusivamente, o artigo busca lançar mão de uma visão geral acerca das propostas e compreensões a partir do contexto aqui abordado. Quais são os níveis e desníveis encontrados em cada um dos contextos? Quais são os desafios? Seria utopia crer em uma possível e “correta” relação entre fé e política?

2. FÉ E POLÍTICA – AUTONOMIAS ESPECÍFICAS E ARTICULAÇÕES MÚTUAS

Libanio (1985) observa que os assuntos “fé e política” são abstratos e uma problemática concreta historicamente e também em nossos dias. O conflito entre fé e política, diga-se também entre Igreja e Estado, é latente na sociedade latina. Historicamente, vale lembrar fatos como a opressão que a Igreja sofreu no Brasil a partir do estabelecimento de governos militares sob a forma de violência e opressão.

O Estado, por sua vez, julga que a Igreja tem exercido papel indevido e intrometido no campo autônomo da política. A Igreja, conhecendo sua missão, não tem poupado o

Estado e audaciosamente o tem denunciado para que assim cumpra uma missão profética. Quando as especificidades de cada instância aqui abordadas entram em conflito, o autor nos remete a uma breve observação em torno da significância específica da fé e da política, e reflete, a seguir, sobre como a fé e a política podem vir a servir uma à outra a partir de suas unicidades, numa relação mútua, pontua Libanio.

2.1. POLÍTICA

Libanio (1985, p. 13) desdobra o termo em duas vertentes semânticas principais: o “político” como “tudo que diz respeito às relações sociais, à realidade social global, à sociedade em geral”, em miúdos, tudo que vai além do pessoal e do íntimo e se reflete sob qualquer forma social é “político”. A segunda vertente é o “político” como “relação de poder”, que virá refletir diretamente na esfera do Estado. Assim, articular-se politicamente é uma tentativa de obter poder, de manter ou de conquistar o Estado. O poder medeia uma organização ou transformação social, e as ações políticas são explicitamente evidentes e visam a uma dinâmica objetiva e direta para obtenção do poder. Na primeira vertente do “político” como “relações sociais”, também está implícito o poder. O poder é referência concreta na primeira e na segunda vertentes, indireta e implicitamente e direta e explicitamente (LIBANIO, 1985, p. 14).

Cada vertente, segundo Libanio (1985, p. 14-15), é única no seu modo de articulação. A primeira é abstrata com relação à segunda, mas sua extensão e alcance são bem mais amplos. Já a segunda vem enriquecida de conceitos e determinações sobre o “político”, porém a extensão alcançada é mais restrita. Para nós, é importante a abrangência que a primeira vertente traz em si, pois esta inclui outras realidades e não só a realidade política como faz a segunda vertente.

2.2. FÉ

Libanio (1985, p. 13) diz que a fé é uma resposta a uma proposta:

Crer é uma atitude fundamental de aceitação, de entrega, de compromisso com uma proposta que envolve todas as atividades livres da pessoa no seio da comunidade, portadora e destinatária desta proposta.

A “proposta” é um chamado para que a pessoa constitua uma comunidade e responda a esse chamado de forma pessoal e comunitária. Teologicamente falando, essa proposta pode ser chamada de Revelação, pois Deus é o centro da Revelação e nos convida para que vivamos com Ele e em comunhão. Deus tem se revelado ao Seu povo de diversas formas: por meio da lei, dos profetas, dos sábios e da experiência do povo à luz da Sua Palavra. No entanto, a Revelação de Deus atinge o ápice em Cristo, que é o começo e o fim de tudo que Deus tem para nos revelar. Hoje é a Igreja – Povo de Deus – que continua atualizando essa proposta de Deus, que age através do Espírito Santo. A Igreja crê nessa proposta, anuncia-a sempre de novo para outras pessoas e a deixa transparecer no seu modo de pregar, caminhar e agir. Por tudo isso, Libanio (1985) ressalta que a fé é a aceitação da proposta que Deus nos faz em graça e liberdade.

Etimologicamente, “crer” está diretamente relacionado à dimensão existencial de total entrega e engajamento perante o chamado de Deus. Crer vem do latim *credere*, cujo significado é “dar o coração”, nesse caso, a Deus. A fé traz implicações e compromissos para a comunidade: Deus interpela através de sua Palavra, e a comunidade, ao receber o convite gratuito de Deus, acolhe o chamado e, a partir disso, assume um compromisso. Esse seria o aspecto existencial e ontológico da fé, pois sentimos que a fé atinge-nos de tal forma que somos levados a agir e pensar a partir dela. Libanio também faz menção a Paul Tillich (2001), ao dizer que Deus é nossa “realidade última” e o que nos concerne incondicionalmente, nossa existência e nossa realidade estão, pois, comprometidas a Deus (LIBANIO, 1985, p. 18-21).

E Libanio (1985, p. 21) expõe que a fé, “portanto, envolve minhas decisões concretas, marca a orientação de minha vida, afeta todos os meus atos. Esse é o caráter existencial da fé”.

O autor fala do “aspecto existencial” da fé, porém revela que não é somente a partir desse aspecto que somos capazes de entender a fé, precisamos, outrossim, do “aspecto herme-

nêutico” da fé, que nos ajuda a compreender o conteúdo da fé, a Revelação de Deus e a “proposta” que Deus nos tem feito. A Revelação tem como fonte principal e insubstituível as Sagradas Escrituras, que são ouvidas e interpretadas à luz de Deus. Assim, pode-se dizer que “a fé insere-se dentro de uma cadeia de interpretações. Tem um passado e projeta-se para um futuro” (LIBANIO, 1985, p. 29).

O terceiro parecer que o estudioso propõe é o “aspecto prático” da fé. No “aspecto existencial,” reconhecemos que a fé é uma resposta que damos a Deus diante da proposta que Ele nos faz. Sendo essa resposta positiva, estamos, agora, comprometidos e somos chamados a pôr mãos à obra e a nos engajar no mutirão. Dessa forma, o aspecto prático da fé reflete intensamente o clássico verso da Carta de Tiago (2:17): “Fé sem obras é completamente morta”. Não evidenciamos nossa fé apenas através de confiança no Deus Revelado, mas a fé que habita em nós se exprime no nosso dia a dia, nos questiona, anima à ação e é “critério de crítica e instância de juízo” (LIBANIO, 1985, p. 29-31).

Segundo Paul Tillich (2001, p. 72-74), sabemos que “amor e ação” são elementos da fé e não se pode separá-los, pois fé encerra amor e amor se manifesta em ação. Onde houver preocupação incondicional, ali também existe um desejo ardente de realizar essa preocupação. “É no dia-a-dia, é nos compromissos, é nas práticas políticas, sociais, que vivemos a fé”, acrescenta Libanio (1985, p. 32).

O terceiro e último aspecto da fé é o “escatológico”. A doutrina da justificação por graça e fé diz que somos, desde já, herdeiros da vida eterna. A fé nos possibilita viver o “Futuro Livre Absoluto de Deus já no presente histórico”, pois pela fé recebemos o título de herdeiros de Deus, coerdeiros de Jesus Cristo e filhos e filhas do Deus Trino (Gl 4:7; Rt 8:7, 3:26, 4:5; Ef 1:5). Lembrando que o Reino de Deus é o “agora”, mas “ainda não”, Libanio (1985, p. 39) conclui:

A nossa finitude, o sentido da vida, a esperança de futuro melhor mostram o aspecto “ainda não” da fé. As nossas realizações efetuadas, nossas mediações concretizadas revelam o aspecto do “já” presente do definitivo.

2.3. ARTICULAÇÃO ENTRE FÉ E POLÍTICA

Libanio (1985), primeiramente, reflete como a fé contribui para a política, serve a ela e se relaciona mutuamente com essa esfera da sociedade. As pessoas criam utopias porque desejam conviver, relacionar-se em fraternidade, participar ativamente e ser felizes com outras pessoas, além de criarem utopias por constatarem a insuficiência de estruturas sociais. As utopias criadas a partir dessas carências humanas parecem possíveis de ser concretizadas pelas pessoas que aspiram a elas, mas ainda não existem, e, algumas vezes, são consideradas como irrealizáveis. Libanio (1985, p. 39) argumenta que “a fé oferece horizonte escatológico às utopias humanas” no sentido de que “a fé tem como último ponto de referência uma plenitude final. É a partir dessa dimensão escatológica que pode articular-se com as utopias políticas, humanas”. A fé articula-se com as utopias humanas e políticas, e esse é o seu propósito, porém a fé não aponta para uma utopia que existe a partir das “experiências humanas históricas”, mas, sim, para uma escatologia que não termina com os limites da história humana. É a partir da Revelação que a fé pode dar conhecimento para a criação de utopias históricas.

É interessante observar o modo como Libanio (1985, p. 42) conclui essa reflexão sobre um dos serviços que a fé presta à política:

[...] a fé pode reconhecer nas utopias humanas mediações concretas de suas realizações, sendo ela o horizonte mais amplo. A escatologia está para a utopia como a utopia está para as práticas políticas. Assim como as utopias iluminam as práticas políticas, assim a escatologia pode iluminar as utopias. Assim como as práticas políticas concretizam, fazem verdade, fazem história as utopias, assim também as utopias antecipam, realizam já, concretizam em parte a escatologia – horizonte último da fé.

Cabe observar a relação entre “fé e ideologia”. A ideologia reveste-se de seus interesses e vai à busca de aderentes. Nesse sentido, a fé pode ser grande aliada, pois seus conteúdos

trazem benefícios, alimentam um sentido de verdade e mostram interesses humanos autênticos. A fé presta serviço à ideologia, cuja natureza sabe-se como ambígua, por isso a fé também pode exercer papel crítico diante de grupos ideológicos que venham a defender interesses de algumas classes e esmagar outras. Nesse sentido, a fé (cristã) critica ideologias baseadas em egoísmo e discriminação, por exemplo. Não podemos deixar de ressaltar que o oposto pode igualmente acontecer: a fé pode atribuir em exagero o caráter sagrado e religioso a certas ideologias, sem observar nenhum equilíbrio ou barreiras entre elas (LIBANIO, 1985).

“Crítico é discernir” (LIBANIO, 1985, p. 44). A fé ajuda no discernimento diante das ambiguidades da realidade em que vivem os seres humanos. Na política, as ambiguidades são latentes, algumas vezes elas são pró-cristãs, outras vezes são anticristãs. Usando os óculos da fé, somos capazes de refletir e desvendar o real interesse de uma ação política: se ela está antecipando o Reino de Deus ou apenas valendo-se da estratégia em questão para o alcance de uma meta política. A fé julga aquilo que não é positivo na política, denuncia e, acima de tudo, vai contra o absolutismo do poder político (LIBANIO, 1985, p. 44).

Ao encontro desse pensamento, Clodovis Boff (1980, p. 613) afirma que

[...] o político é predicado do humano e não o humano do político; que a política é feita para o povo e não o povo para a política. Tal é o recuo necessário para se poder aprender a verdade da política, ou seja, seu caráter instrumental. É no elemento do humano que se entende a política e não o contrário. É o ser humano que define a política e não a política o ser humano. Mas não é a política que se precisa hoje? Não são os déspotas que a rebaixam para impedir justamente que o povo faça política? Mas reivindicar a política como um absoluto é justificar a lógica do adversário, pois se continua a colocar o poder acima do ser humano e não o ser humano acima do poder.

Boff (1980) também ressalta que o absolutismo político é incorreto e não promove vida. Pensando dessa forma, a fé está também para “lançar a espada e rasgar a capa de presunção

do poder político absoluto”, corrobora Libanio (1985, p. 44). Nesse tocante, José Míguez Bonino (1999, p. 19), ao falar de princípios cristãos, pergunta: “Como reconhecer a relativa autonomia do âmbito político e não aceitar a visão maquiavélica de que o poder é a única realidade?”.

Bonino (1999) revela que o “poder” é uma instância formada por diversas relações sociais, as quais dão a determinado grupo o direito de “dirigir e controlar uma sociedade” econômica, política e ideológica, e valem-se da força ou da coerção física para adquirir obediência ou repreender o povo.

Destarte, a fé, que acolhe a Revelação de Deus, se torna essa instância crítica das práticas políticas pelo fato de a Revelação acontecer em determinados contextos e épocas históricas e precisar, sempre de novo, de uma nova hermenêutica a partir do contexto e da cultura em que as ações políticas acontecem. Na América Latina, sabe-se que a Doutrina Social da Igreja e a Teologia da Libertação (TdL) ergueram-se como contribuições na tarefa hermenêutica: Paulo XV (1975) já dizia que a Igreja oferece às pessoas cristãs, que estão agindo politicamente iluminadas pela sua fé,

[...] uma Doutrina Social a que o verdadeiro cristão não pode deixar de estar atento, mas que deve tomar como base da própria prudência e da própria experiência, a fim de traduzir concretamente em categorias de ação, de participação e de compromisso.

Consonante com Libanio (1985, p. 46), a TdL “é a fé da pessoa cristã engajada no processo de libertação procurando inteligência, clareza e lucidez em tal processo”. Na Conferência Geral de Puebla, manifestou-se a verdade de que a TdL é uma “opção preferencial e solidária pelos pobres”. O “preferencial” não quer ser exclusivo, mas uma proposta de redirecionamento do olhar da Igreja que, por muito tempo, esteve voltada a outras classes da sociedade e agora é motivada a voltar-se “preferencialmente” às pessoas pobres de forma solidária, no sentido de fortalecê-las no “processo de libertação” e alcance da justiça, visto que a

[...] libertação surge na Igreja da América Latina como a maneira concreta de viver a fidelidade à Revelação de Jesus. Destarte, a fé encontra na temática da libertação um critério de juízo das práticas políticas. O Reino de Deus passa pelas autênticas libertações históricas (LIBANIO, 1985, p. 46-50).

Com frequência e criticamente, diz-se que a TdL é uma “teologia política”, pois a instância política antepõe-se sobre outras esferas. Mas, em verdade, a TdL pode ser definida como “uma nova maneira de se fazer teologia, a partir de América Latina e a partir dos pobres” (MUELLER, 1996, p. 171), levando em conta todo o processo histórico e toda teologia. Segundo Leonardo Boff (1987), o político é global – abrangendo a sociedade como um todo; amplo – com relação às concepções ideológicas de dada sociedade; comum – está no empenho em assegurar o bem comum. No aspecto global, amplo e comum da política, a fé participa ativamente. Observando o político no sentido global, Juan Luis Segundo (apud (MUELLER, 1996, p. 175) afirma que toda a teologia é política, e nesse sentido, a TdL é uma teologia que “aceita conscientemente e explicitamente suas relações com a política” (MUELLER, 1996, p. 175). Para Gustavo Gutiérrez (1972), grande articulador da TdL, a teologia é uma reflexão crítica da práxis histórica à luz da palavra de Deus.

A última relação que Libanio (1985, p. 52-54) traz é “fé como motivação.” Quando o Evangelho é a motivação última pela qual somos impelidos a agir, é porque o Evangelho é aquele valor que nos chama e nos propõe viver a partir dele. Assim, a fé nos dá motivação para agirmos politicamente.

2.4. ARTICULAÇÃO ENTRE POLÍTICA E FÉ

Que serviço a política presta à fé? Libanio (1985) nos fala por meio de dois aspectos: o primeiro é “a ideologia como crítica à religião”, e o segundo refere-se às “práticas políticas como mediações verificadoras da fé”.

Libanio (1985, p. 55-57) nos diz que a ideologia pode criticar a fé ao evidenciar quando esta perde sua especificidade

e se deixa confundir com a ideologia. Ideologia vem do grego: *logia* é o ato de dizer, e *ideo* é o passado do verbo ver – visto. Ideologia é “dizer o que já vi”. A ideologia nos fala de representações e de ideias; é um saber (esfera cultural) a ser usado socialmente (esfera política e poder). Sabemos, pois, que o poder está ligado ao “ter” (esfera econômica), assim a ideologia está em dois planos: saber e poder, cabendo à estrutura social articulá-los. A função da ideologia na sociedade é o “conhecimento em vista da ação”. Por estar relacionada ao poder, a ideologia pode carregar em si “germes libertários” ou ser “força justificadora da dominação presente” (ideologia burguesa) (LIBANIO, 1985, p. 58). Quando a ideologia vem criticar e inovar mecanismos reinantes que não conhecem ou negam os valores da fé, pode-se dizer que está, então, servindo à fé. Entretanto, ela se tornará mercenária se vincular a fé a desejos de dominação.

É sabido que a ideologia liberal valoriza questões como direitos humanos (liberdade, igualdade, dignidade da pessoa humana) e critica doutrinas religiosas que venham a exercer papel “totalitário, arbitrário e absolutista” na vida dos fiéis. Existem, na Igreja, aspectos doutrinários, institucionais e disciplinares que podem ser criticados pela ideologia liberal acerca dos direitos humanos, confere Libanio (1985).

Isso posto, questiona Libanio (1985): se a fé traz uma revelação, e a ideologia responde à visão interessada de determinado grupo, como a história e a geopolítica de um dado momento podem encontrar-se criticamente? Paulo XV (1975), na “Exortação apostólica *Evangelii Nuntiandi*”, fala dos vínculos das ordens antropológicas, teológicas e práticas que existem entre libertação humana e evangelização. A ideologia é positiva no momento em que está para a promoção da vida e libertação humana. Libanio (1985) observa que há um vínculo entre a fé e a ideologia que é igual aos vínculos entre libertação humana e evangelização, descritos por Paulo XV. O direito à crítica se dá em nome desses vínculos estabelecidos entre fé e ideologia.

Libanio (1985, p. 66) conclui, então, que a fé perde sua especificidade e se deixa confundir com a ideologia quando

[...] se torna alienada, quando ela se presta a autenticar com a Palavra de Deus realidades históricas, sociais, criadas por interesses humanos concretos e frequentemente injustos. Ela inverte a realidade. Transforma em lei divina aquilo que é decisão humana, por interesse de algum grupo. Empresta à ideologia sua condição de sacralidade, de revelação divina, de religião, de modo indébito.

Seguidamente, o autor aborda a forma como as práticas políticas podem ser mediações verificadoras da fé. A política é o “campo” onde a pessoa cristã pode viver sua fé na práxis, na realidade, na carne e em forma de vida em comunidade. No momento em que a fé se privatiza e se retira do mundo, sua missão profética estará ameaçada, por isso se diz que o fim da cristandade e o começo da Igreja privada e “despolitizada” tiveram seu lado negativo. Na América Latina, a Teologia da Libertação surge como voz crítica contra essa falta de unidade entre religião e sociedade e tem a intenção de “arrancar a fé da esfera privada e inseri-la de novo no mundo da política” (LIBANIO, 1985, p. 68), pois é nas práticas políticas que o dinamismo social da fé se encontra e se realiza. O teólogo reafirma essa junção ao lançar a ideia de que

[...] o fiel não vai à Igreja para exprimir a sua fé e depois dirige-se à sua ação política, como para fazer outra coisa. Nessa prática política confessa a mesma fé que proclamou na Igreja. E esta fé se mediatiza através de práticas políticas (LIBANIO, 1985, p. 69).

3. FÉ E COMPROMISSO SOCIAL: DISCERNIMENTO DA PRÁTICA PASTORAL

A fé deve exercer influência na política? Libanio (1985) parte da pergunta que, segundo ele, atormenta muitos cristãos: “Qual é o projeto e qual é a vontade que Deus tem sobre a vida e história da humanidade?”. Essa vontade existe e transcende a história; diante dela o ser humano não pode

demonstrar descaso. As manifestações de Deus acontecem na história e o ser humano as discerne. As ações de Deus são um indicativo e mostram a revelação de Deus de diferentes maneiras e definitivamente em Cristo. A partir delas, o ser humano recebe um imperativo de responder às manifestações divinas. É como um diálogo entre Deus e o ser humano; Deus chama e a pessoa responde, e, nesse diálogo, o “discernir” está incluso (LIBANIO, 1985).

Libanio (1985, p. 74) propõe uma compreensão das estruturas de discernimento que fizeram e fazem parte da história da Igreja na América Latina. Segundo ele, a “vontade de Deus” e a realidade “natural” que revela a vontade de Deus são os elementos estruturais do discernimento.

A primeira estrutura de discernimento compreende a situação tradicional de conservação e dependência de outros centros decisórios da Igreja. Superiores eclesiásticos determinavam a vontade de Deus como sendo “expressão inequívoca”. A atenção se voltava enormemente ao indivíduo, e o discernimento se dava, principalmente, no espaço da vida moral, com acento nas práticas religiosas, nos deveres familiares e nas prescrições do sexo. Explica-se que as estruturas sociais e familiares da época eram altamente autoritárias, por isso a pessoa não apresentaria dificuldades em aceitar a expressão eclesiástica como “inequívoca”. Com isso, a pessoa não teria a liberdade de descobrir e procurar a vontade de Deus de forma conjunta, mas esta lhe seria apresentada de forma pronta. O discernimento dava-se somente no campo individual (moral) e excluía tudo que fosse social e político. Na década de 1960, essa estrutura começava a cair.

A segunda estrutura de discernimento transcorre a partir do Concílio Vaticano II. Compreende-se que a experiência de cada pessoa passa a ser valorizada e se traduz em decisões e conhecimento da vontade de Deus, que não é mais transmitida autoritariamente por hierarquias eclesiais. A história social e pessoal passa a ser grande reveladora de Deus e de sua vontade, enquanto a autoridade eclesial passa a participar no discernimento com bases no diálogo individual e comunitário. Esse discernimento comunitário faz viver a pedagogia da Ação Católica: ver – julgar – agir. Aprende-se a ver e a julgar à luz da Palavra de Deus e, por conseguinte, a pôr as mãos à ação e ao

engajamento (LIBANIO, 1979). Na década de 1950, começa a fase da modernização, a realidade arcaica vai se dilacerando e o novo modo de discernir vem também responder a essa fase mais moderna e economicamente desenvolvida da vida do ser humano, que começa a engajar-se política e socialmente de modo visível na década de 1960. O povo está “carregado de autoconfiança, de fé no progresso, no desenvolvimento, na euforia conquistadora e criadora de sua razão, de sua vontade” (LIBANIO, 1985, p. 88).

A terceira estrutura de discernimento se dá com a Igreja descobrindo sua identidade, originalidade, criatividade e vigor (LIBANIO, 1985, p. 77). Agora quem age é um cristão comprometido com as classes menos favorecidas e pobres, visando à libertação desta. Tal compromisso é refletido à luz da fé, articulando-se do “ver” para o “agir”. O discernimento é uma ferramenta que deseja avaliar se os projetos e as práticas políticos visam à libertação ou à opressão do povo:

É exigência fundamental de toda prática de discernimento, que o agente de pastoral se volte continuamente para a inspiração cristã fundante para acionar, purificar, corrigir suas práticas concretas (LIBANIO, 1985, p. 100).

4. CONFLITOS ENTRE IGREJA E ESTADO

Falar de religião, fé e política, refletindo as especificidades e autonomias de cada uma e tentando articulá-las mutuamente, envolve deparar-se com fatos históricos e atuais que revelam relações conflitantes entre Igreja e Estado. Nesse ponto, analisaremos brevemente tais conflitos conforme anuências de Libanio (1985).

Primeiramente, o autor propõe um olhar sobre os modelos de relação entre Igreja e Estado: o modelo *reducionista* exprime interesses das classes sociais, e a Igreja não tem autonomia perante esses fenômenos. O modelo de *autonomia* revela a Igreja como corpo homogêneo e autônomo, agindo como uma parceira do Estado, sempre em defesa da própria identidade

e autonomia. O modelo *dialético* divide o Estado e a Igreja “por interesses conflitivos”. A partir desse modelo dialético, emergirá uma maior compreensão sobre o relacionamento entre Igreja e Estado.

O primeiro nível conflitante se dá na Igreja como conjunto de fiéis. O Estado representa os interesses daqueles que estão no domínio, entretantes, se alguma camada sentir-se mal representada por essa dominação, começará a conflitar em busca de uma representação que ordene e organize a nação de forma justa. A Igreja tem membros em toda classe social e econômica, levando em conta a realidade brasileira, e colocar-se-á junto ao conflito, e seus membros poderão posicionar-se de um ou de outro lado. Enquanto o Estado, por meio do governo, interessa-se por algum segmento minoritário social e exclui outro, a Igreja verbalizará sua insatisfação diante de tal fato em forma de “grito” religioso e teológico. Amiéde, ao violar os direitos humanos, o Estado conflita acirradamente com a Igreja, que, por sua vez, partilha de uma “visão humanitária”, colocando-se do lado das pessoas, principalmente dos mais fracos e privados de direitos humanos básicos. Libanio (1985) adverte que nenhuma dessas posições requer posição partidária, o que entraria em total contradição com a natureza e a consciência da Igreja.

O segundo nível de conflito se dá na Igreja como instituição oficial, dimensionada nos campos sociológicos e teológicos, sendo o último mais explícito por ser o fundamento que legitima as declarações da Igreja. No Brasil, a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) é representante oficial da Igreja Católica e, a partir da década de 1960, tomava posições contrárias e críticas perante certas ideologias e atitudes, como o comunismo ateu, o divórcio, o laicismo, o liberalismo econômico, a questão latifundiária, entre muitas outras. Historicamente, registra-se que houve inúmeros atritos entre a Igreja e o Estado. Anualmente e em decorrência da Assembleia Geral da Conferência dos Bispos, publicavam-se documentos com críticas ao sistema vigente, o que alastrava ainda mais os conflitos. A Igreja exerce, aqui, função de porta-voz das classes menos favorecidas, cujas vozes não seriam ouvidas se não fossem apoiadas por um corpo institucional. Libanio (1985, p. 136) conclui:

Na medida em que nosso capitalismo suporte maior liberdade política, os interlocutores sociais que até então a Igreja representava em suas críticas e reivindicações e, portanto, tendo atritos com o Estado se constituirão em sua autonomia e assumirão sua tarefa crítica e conflitiva, deslocando a Igreja de tal campo de batalha. Assim, quando os sindicatos se tornarem mais autônomos, não será mais necessário um bispo escrever ao presidente em defesa do direito de greve, porque eles o farão com vigor e poder; quando os partidos políticos deixarem de ser mera pantomima e pura decoração parlamentar, para assumirem sua função de representar interesses de classes, de propor projetos sociais de mudança, a Igreja não precisará a cada momento falar em favor de reformas básicas; quando os movimentos estudantis adquirirem sua representatividade real e puderem propor seus projetos, não precisarão mais de intermediários eclesiais. Este esvaziamento do papel da Igreja-hierarquia, pelo surgimento de novos agentes sociais no espaço de liberdade que se está abrindo, diminuiu também os campos de atrito com o Estado. Este passa para os diversos canais da sociedade.

O último nível de conflito retratado por Libanio (1985) é a “Igreja como grupos minoritários”, que compreende, principalmente, as Comunidades Eclesiais de Base, as quais falam, agem e se engajam em lutas sindicais como Igreja formada por classes populares. Quando suas lutas não trazem nenhuma transformação social e política e continuam à margem, coloca-se, novamente, o conflito entre Igreja e Estado. Dessa vez, porém, o conflito não repercutirá como os anteriores, visto que não interessam às elites e classes dominantes. E Libanio (1985, p. 137) complementa:

A Igreja nas bases verá cair silêncio sobre suas lutas de caráter popular, sem que isso signifique diminuição do conflito. Como não vivemos num mundo de comunicações sociais, pouco a pouco pensaremos que de fato tal conflito cessou. Porque aquilo que as TVs não noticiam, não existe.

Libanio (1985) inteira que conflitos entre Igreja e Estado existem como um reflexo dos conflitos “autoritários, excludentes, e desnacionalizantes” entre as classes e os interesses que estão dentro do sistema capitalista. A Igreja virá conflitar com o Estado quando este prejudicar um desses interesses: “Para o Estado

isto é política, porque defende interesses político-econômicos de uma classe, que não pertence ao bloco hegemônico. Para a Igreja é exigência do Evangelho” (LIBANIO, 1985, p. 138).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse estudo, pode-se afirmar que Libanio (1985, p. 13) assume que a “fé em ação” pode se tornar uma violação da separação entre Igreja e Estado quando expressa para endereçar interesses de indivíduos ou grupos políticos e partidários. Não obstante, a separação entre Igreja e Estado não corrobora uma elucidação de valores religiosos e morais da esfera pública, pelo contrário, tais valores podem ajudar a dar forma à política do país.

Libanio (1985, p. 13), ao falar sobre discernimento, estabelece que, se a nossa fé influencia nossas ações, podemos dizer que uma pessoa cristã busca discernimento na sua fé como indivíduo atuante na esfera pública e política: “uma fé sem as mediações políticas se perde no vazio e uma política sem fé desvia-se de seu fim último [...]”.

Concernente à participação de cristãos na política, Libanio (1985) foca três aspectos principais: o direito de exercer militância política, o dever de exercer essa militância baseado no Evangelho e na missão que Cristo nos outorga, e os limites que devem ser observados nesse agir político. Nesse aspecto, certamente, está a questão desenvolvida neste artigo: a demonstração ilegítima da fé para o benefício de agendas pessoais ou grupos ideológicos. Destarte, a Igreja comprometida com o Evangelho levanta sua voz em favor dos oprimidos, mas, além de alçar voz, ela porta o papel de conferir poder a essas pessoas oprimidas para que encontrem e articulem sua própria voz e possam, assim, usufruir do seu direito na esfera social e política, e isso é parte do processo de libertação deveras conhecido na América Latina.

Conclui-se que, perpetuamente, deve haver uma separação entre Igreja e Estado, todavia isso não pressupõe uma alienação política e social por parte de fiéis religiosos, independentemente da sua religião. Segundo o discurso de Libanio (1985), é missão do cristão, por exemplo, agir crítica e conscientemente, levando em consideração as raízes de sua fé diante

das suas decisões e atuações políticas na esfera pública, isto é, empiricamente, “discernir”. É necessário se colocar de pé por aquilo que lhes “concerne incondicionalmente”, como nos fala sempre e novamente Paul Tillich (2001). Outrossim, é deveras fundamental reconhecer que não existe sociedade unânime, nem há religião que conte com 100% de seus fiéis pregando e defendendo visões iguais.

A sociedade é cultural, econômica e politicamente diversa. Nesse tocante, perguntas acerca do mais plausível relacionamento entre religião e política, sobre como a religião e a fé pessoal interferem na política e vida pública, e sobre até que ponto a política interfere na religião e na fé de uma pessoa ou de uma nação serão sempre recorrentes. É inegável que são sempre vigentes os conflitos entre essas articulações específicas que se relacionam e servem uma à outra mutuamente, conforme anui Leonardo Boff (1987, p. 63):

O militante ou líder cristão deverá certamente levar em conta o primeiro nível (o político), mas não poderá seguir o segundo (as políticas burguesas). Tem antes de seguir a consignação evangélica, que manda ser sim “prudente como a serpente”, mas também simples como a “pomba”. E aqui nasce a necessidade de se elaborar, a partir das práticas, uma nova ética política, que tenha como idéia condutora o ideal do “ser humano novo”, de ressonâncias bíblicas, históricas e políticas evidentes.

FAITH, RELIGION AND POLITICS IN LATIN AMERICA: A BRIEF THEORETICAL STUDY BASED ON JOÃO BATISTA LIBANIO

ABSTRACT

This study aims to theoretically consider the controversial tension between religion and politics in Latin America from João Batista Libanio. We will take the book *Fé e política – autonomias específicas e articulações mútuas*, by Libanio (1985) as the main theoretical framework for this study, among

other authors who also reflect the issue in Latin America. Libanio articulates the specific traits of each instance and tries to reveal the mutual relationship between them. Conclusively, the article seeks to offer an overview of the proposals and understandings from the discussed context. What levels and gaps are found in each context? What are the challenges we face? Would it be utopian to believe in a possible “right” relationship between faith and politics?

KEYWORDS

Faith; religion; Politics; Latin America; João Batista Libanio.

REFERÊNCIAS

BOFF, C. *Comunidades eclesiais de base e práticas de libertação*. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 596-625. (Teologia Orgânica, 2).

BOFF, L. *Cristãos: como fazer política*. Petrópolis: Vozes, 1987.

BONINO, J. M. *Poder del Evangelio y poder político*. Buenos Aires: Kairos, 1999.

GUTIÉRREZ, G. *Teología de la Liberación*. Salamanca: Sígueme, 1972.

LIBANIO, J. B. *Formação da consciência crítica*. Petrópolis: Vozes, 1979. v. 2.

LIBANIO, J. B. *Fé e política – autonomias específicas e articulações mútuas*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

MUELLER, E. R. *Teologia da Libertação e marxismo*. São Leopoldo: Sinodal, 1996.

PAULO XV. Exortação apostólica *Evangelii Nuntiandi*, n. 35, 1975. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/paul_vi/apost_exhortations/documents/hf_p-vi_exh_19751208_evangelii-nuntiandi_po.html>. Acesso em: 1º out. 2013.

TILLICH, P. *Dinâmica de fé*. São Leopoldo: Sinodal, 2001.